

AS IMPLICAÇÕES DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA FORMAÇÃO DOS NOVOS TRABALHADORES NA UFMA PÓS REUNI / ENEM

Dannilo Jorge Escorcio Halabe¹

RESUMO

A Reestruturação Produtiva ocorrida nas economias centrais em resposta à crise de 1970 impuseram à educação a tarefa de preparar os trabalhadores para os desafios tecnológicos, garantindo a reprodução do Sistema Capitalista. No Brasil, o Estado estabelece leis na área da educação privilegiando a educação como preparação para o Mundo do Trabalho. O REUNI atende estas expectativas, principalmente abrindo espaço para uma nova metodologia de seleção: o ENEM/SISU. Como consequência deste processo, a Escolha Profissional realizada pelo Sujeito em Formação é desvalorizada, pois não se relaciona com sua identificação, mas serve para a pseudo-inserção que o Sistema propicia.

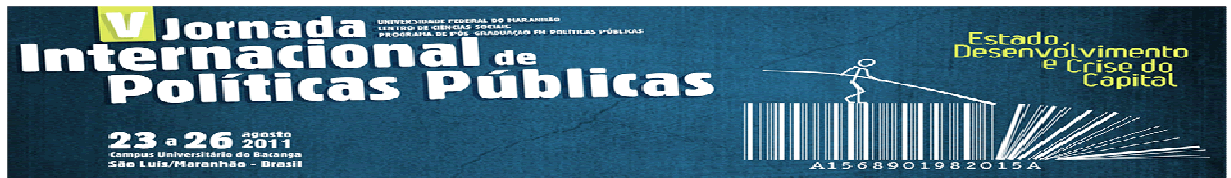
Palavras-Chave: Reestruturação Produtiva; ENEM/SISU, Escolha Profissional.

ABSTRACT

The Productive Restructuring occurred in the developed economies, in reply to crises of 1970, imposed to education the job to prepare workers for the technological challenges, ensuring the reproduction of the Capitalist System. In Brazil, the State provides laws in education favoring education as preparation for the World of Work. The REUNI attends those expectations, principally opening space for a new methodology for selection: the ENEM/SISU. As a consequence of this process, the Professional Choice conducted by Subject in Formation is devalued because it isn't related to his identification, but serves to the pretender entering that the System provides.

Keywords: Productive Restructuring; ENEM/SISU; Professional Choice.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
halabe.psicanalise@yahoo.com.br



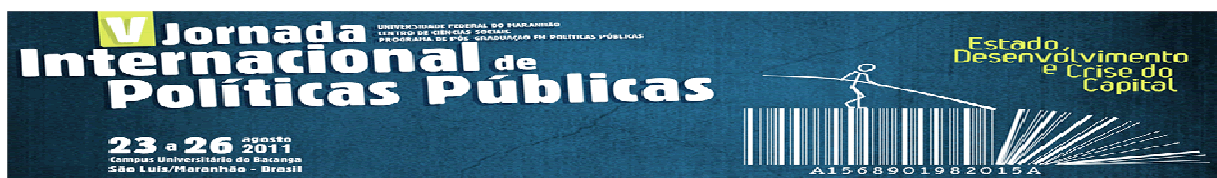
1. INTRODUÇÃO

Marx em sua análise sobre as relações entre o Capital e o trabalho humano aponta um elemento fundamental desta relação dentro do Sistema Capitalista, a transformação da força de trabalho em mercadoria. Segundo o Dicionário do Pensamento Social, Marx define o Capitalismo como modelo de sociedade produtora de mercadoria, na qual os meios de produção estão sob o domínio da burguesia, restando ao proletariado apenas sua força de trabalho, coisificada, a ser vendida (Outhwaite & Bottomore, 1996). Em cada fase do Capitalismo, do seu surgimento até sua configuração atual, percebe-se a mudança de modelos de produção, contudo, sem romper com o paradigma de exploração do trabalho para a obtenção da mais-valia. As mudanças dos modelos de produção (Taylorismo, Fordismo e Toytismo) impactaram também no campo escolar, um dos espaços responsáveis por preparar os trabalhadores para adentrar no mercado de trabalho. Entretanto, não há dentro desses modelos, espaço para desenvolver a reflexão crítica dos trabalhadores sobre o desenvolvimento de suas atividades, que muitas vezes não foi uma opção e sim uma necessidade.

O Estado através de suas políticas na área de educação dá o direcionamento da educação e não desenvolve nas escolas projetos de orientação profissional. Além disso, desenvolve uma política de meritocracia em relação ao prosseguimento na educação de nível superior, ao apoiar a seleção dos candidatos através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Brandão (2007) aponta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), apresenta apenas uma interrelação entre educação e trabalho, no sentido de qualificação para ocupar um posto de trabalho. A partir deste enfoque, propomos analisar as relações entre os modos de produção e o processo de identificação do sujeito com a sua profissão, a partir da análise de uma situação específica que se impõe desde a adoção de um Sistema de Seleção Unificada para o Ensino Superior: o ENEM.

2. MUDANÇAS NO MODELO DE PRODUÇÃO: O TOYOTISMO E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Sobre as mudanças tecnológicas ocorridas no Sistema Capitalista que tiveram grande impacto no modelo de sociedade atual, Antunes (1999) ressalta, além de outros fatores históricos importantes, a crise do modelo do Welfare State nos Estados Unidos nas décadas de 60-70 e a

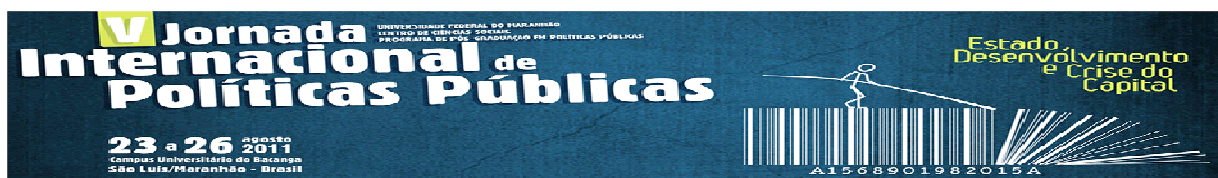


crise do modelo de Taylorista-Fordista de produção. Com estes impactos no modo de produção vigente naquela época, o Sistema Capitalista buscou estabilidade adotando o modelo japonês de acumulação flexível, chamado de Toyotismo. A adoção deste modelo implica em um grande impacto para várias esferas da atuação humana e dentre elas a educação. Passa-se de um modelo que explorava mão-de-obra com baixa instrução (operário-massa), a um modelo que utiliza os avanços tecnológicos, reduzindo os postos de trabalho e que exige um novo modelo de trabalhador: o polivalente. Este deve saber operar com diversas máquinas, além de ter que desenvolver uma série de competências não exigidas no modelo anterior, que privilegiava apenas a força e a resistência física.

A transformação produtiva ocorrida nas economias centrais, segundo a análise de Behring e Boschetti (2008), resultou num endividamento dos países periféricos e de industrialização intermediária, que seguem o projeto neoliberal. Na educação, esta mudança na demanda do sistema por um trabalhador diferenciado impactou diretamente no sistema escolar, responsável por dar esta formação ao sujeito e permitir sua inserção neste novo mercado de trabalho. No Brasil, a partir de 1971, Kuenzer (1997) aponta que a LDB (Lei 5692/71) e o Parecer 45/72 começam a trazer mais nitidamente as relações entre Educação e Trabalho, inclusive delineando como objetivo do 1º e 2º grau a qualificação para o trabalho. O Parecer também dedica seu texto a discussão entre a relação humanismo-tecnologia, ressaltando o progresso decorrente desta relação. Neste momento histórico percebemos a necessidade do Estado Brasileiro, entre outras medidas neoliberais, colocar em legislação específica à educação uma ênfase a profissionalização e a tecnologia, preparando-se para adoção do modelo Toyotista.

Percebe-se que até os dias atuais, o cenário na educação pouco se alterou, os sistemas produtivos ainda influem consideravelmente. A LDB de 1996 trouxe explícita a relação entre Educação e Trabalho, colocando como fundamental a Orientação para o Trabalho: “Art. 27 - Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: [...] II - orientação para o trabalho” (LDB, lei 9394/96).

Como resultado desta política orientada pelas transformações no sistema produtivo, temos a ampliação da rede de Ensino Médio Profissionalizante no país e a ampliação das vagas no Ensino Superior nas redes privadas e públicas, esta última guiada pela proposta do REUNI, centrada em um projeto de formação que se espelha no funcionamento de uma empresa. A universidade é avaliada em um sistema quantitativo que expressa e ranqueia as universidades pelo número de ingressantes, a relação professor/aluno (18/1) e a taxa média de conclusão dos cursos de graduação, que deve manter-



se superior a 90% (REUNI, Decreto 6.096/2007).

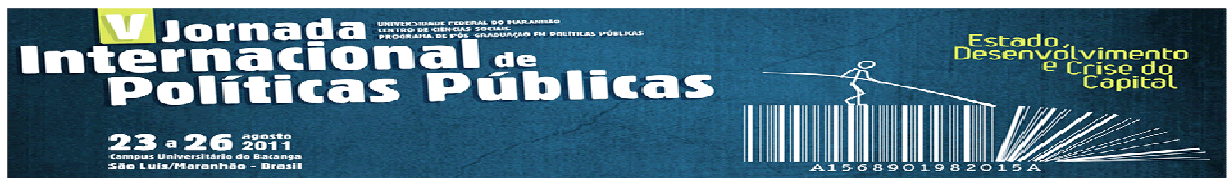
A adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em 2008 (primeira chamada), implicou para as Universidades Federais na adoção do ENEM como forma prioritária de ingresso nas instituições. Entretanto, ao analisar as propostas do REUNI e do ENEM, não encontramos nenhuma ênfase ao alunado, no que diz respeito a sua escolha e a identificação com os cursos oferecidos.

O Decreto 6.096/2007, e no contexto da UFMA – o Plano de Metas 2010, falam da ampliação das vagas em instituições federais, assim como de políticas de assistência estudantil direcionadas para o cumprimento da taxa de conclusão dos cursos de graduação, mas não faz nenhuma referência a programas que promovam interação da Universidade com a comunidade com o objetivo de apresentar aos futuros universitários os cursos e os projetos desenvolvidos pela UFMA. O ENEM adotado pela UFMA vem ratificar este contexto, com a adoção de um Sistema de Seleção Unificada (SISU) cujo objetivo é preencher todas as vagas da Universidade sem levar em conta a identificação do aluno com o curso, julgado apenas de forma meritocrática através da constituição de um rank com a pontuação final.

Até este ponto da pesquisa sobre a Escolha Profissional, que vem sendo desenvolvida em nível de Mestrado em Educação, entendemos que com a adoção do ENEM pela UFMA e a carência na área de orientação profissional para os alunos do ensino médio, principalmente nas escolas públicas, esta metodologia tem favorecido o ingresso de alunos em cursos que não atendem suas necessidades subjetivas, por isso muitos abandonam o curso, por não se identificarem com a área de atuação profissional.

3. A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO PROCESSO DA ESCOLHA DA PROFISSÃO

Quais são os fatores determinantes no processo de identificação dos sujeitos em formação com uma área, que lhe permitam se desenvolver em uma dada profissão? Buscando situar estes fatores, recorreremos primeiramente ao conceito de identificação e o que queremos situar ao pontuar este termo. Identificação, segundo Roudinesco e Plon (1998, p.363), é o “termo empregado em psicanálise para designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam”. Já Chemama e Vanderersch (2007) dizem que Freud encara a identificação como “o que se gostaria de ser, o objeto, o que se gostaria de ter”. Ser e ter estão associados desde o começo do processo de identificação segundo Freud,



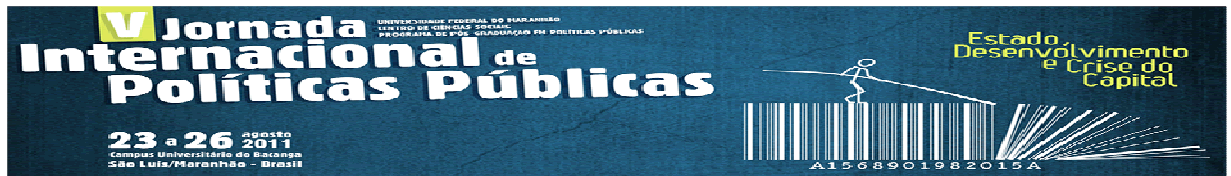
então, no processo de escolha de uma profissão, o sujeito que diz querer ser médico evoca não só as atribuições do profissional, mas as características que fazem parte dos médicos que conhecem, além de almejar suas conquistas. É nesse ponto que a identificação com uma profissão tem uma dupla importância para o sujeito: psicologicamente, pois estabelece relações ao ideal do eu, sendo um fator determinante na constituição do eu; sociologicamente, pois sua escolha é resultado das ações de uma educação sobre ele que resultaram no seu processo de socialização e participação em determinado meio/classe social.

Este processo de socialização é bem explicado por Berger e Lukmann (1978, p.173) quando ressaltam que “o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com predisposição para a sociabilidade e tornar-se membro da sociedade”. Sendo que através da interiorização de uma realidade que é objetiva, o sujeito apreende significações que o permitem ter um lugar na sociedade. É importante neste contexto o papel desempenhado pelos outros significativos, que já estão inseridos na sociedade e possibilitam a inserção dos novos membros a eles relacionados. Assim, para os autores, “a identidade é objetivamente definida como localização em um certo mundo. [...] Receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo” (BERGER E LUKMANN, 1978, p.177-178).

Dada a importância do processo de identificação para a entrada do indivíduo em sociedade, passaremos a analisar a escolha que o sujeito faz ao se identificar com uma profissão e a importância desta para seu reconhecimento social. Relacionaremos esta análise com as pesquisas desenvolvidas no âmbito da Orientação Profissional / Vocacional por psicólogos com o intuito de situar as dificuldades que, os sujeitos em formação, se deparam no momento de escolher uma profissão. Por muito tempo, a Orientação Vocacional no Brasil se resumiu a aplicação de testes psicológicos. E anterior a implantação da Orientação Vocacional os testes psicológicos já vinham sendo utilizados para avaliar e categorizar os sujeitos no sistema escolar, como por exemplo, na adoção dos testes de QI para dividir alunos em salas específicas conforme seu rendimento. Anastasi e Urnina comentam sobre o uso dos testes psicológicos em uma perspectiva de enquadramento e reprodução do *status quo*:

A classificação das crianças com referência à sua habilidade de beneficiar-se de diferentes tipos de instrução escolar, a identificação de aprendizes notavelmente lentos ou rápidos, o aconselhamento educacional e ocupacional no ensino médio e na universidade, e a seleção de candidatos para as escolas profissionalizantes estão entre os muitos usos educacionais dos testes. A seleção e a classificação de pessoal nas indústrias representam outra aplicação importante da testagem psicológica (ANASTASI e URNINA, 2000, p.17-18).

Percebe-se que esta Orientação Vocacional, de vertente Norte-americana, possui a proposta de enquadrar os sujeitos em formação à uma profissão. Adotam um modelo estatístico, com a utilização de testes psicológicos específicos, contribuindo para o ajustamento dos indivíduos à lógica do

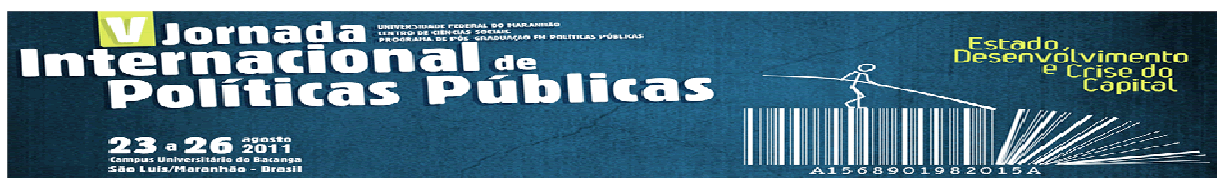


mercado, operando segunda a lógica do “homem certo no lugar certo (the right man in the right place)” (Bohoslavsky, 2007, p.21). Dentro da própria psicologia surgiram críticas a este modelo de Orientação Vocacional. Ribeiro (2003), que conduziu pesquisas sobre a Orientação Profissional em escolas públicas de São Paulo, faz uma contraposição ao modelo psicométrico da Orientação Vocacional, buscando realizá-la de forma a ser uma guia para reflexão dos temas a serem encarados pelos jovens no mercado de trabalho. Sua pesquisa traz algumas reflexões sobre o momento de fragilidade em que se encontram os sujeitos em formação, prestes a serem desamparados pela escola de nível básico e que buscam espaço na continuação dos estudos (Ensino Superior) ou na inserção no mercado de trabalho:

Parece faltar aos sujeitos uma referência de como explorar as possibilidades no mundo do trabalho e de como relacionar suas características pessoais e sociais a essas possibilidades, tanto que os principais pontos levantados em relação aos grupos de Orientação Profissional foram: 1. Sentimento de desinformação total sobre o mundo do trabalho. 2. Falta de material que possa esclarecer sobre as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, pois o material existente é muito voltado para as profissões de nível superior e tecnológico. 3. Importância fundamental do conhecimento da realidade do mundo do trabalho. 4. Necessidade de um trabalho de Orientação Profissional que fosse realizado na própria escola. 5. Necessidade de espaços de reflexão sobre o futuro e o que fazer já no presente. 6. Importância do contato com as opiniões e experiências dos jovens, da mesma faixa etária, que vivem situações de vida semelhantes. 7. Esclarecimento de que o curso superior não é o único caminho para o sucesso profissional. (RIBEIRO, 2003, p.146)

O que Ribeiro discute em sua pesquisa, não está apenas no âmbito econômico e social. A preocupação do psicólogo está sempre ligada com a saúde destes sujeitos que irão atuar em diferentes áreas. A psicologia do Trabalho de Dejours vem analisando as repercussões dos modos de produção vigentes e a saúde do trabalhador há várias décadas. Em *A loucura do Trabalho* escrita em 1949, Dejours analisa as psicopatologias dos trabalhadores advindas de sua exploração no modelo Taylorista-fordista, buscando “divulgar aquilo que, no afrontamento do homem com a sua tarefa, põe em perigo sua vida mental” (Dejours, 1993). Como discutido anteriormente, em nosso país ainda há a convivência de vários modos de produção, não tendo o Toyotismo findado com o Taylorismo, Fordismo ou mesmo o Escravismo. Por isso, a análise de Dejours sobre o sofrimento do trabalhador permanece atual. Em uma linha não muito diversa está Bock e Aguiar (1995), quando desenvolvem seus projetos, definem a perspectiva e os princípios norteadores da ação do psicólogo na área de Orientação Profissional e constatarem que este é um trabalho de Promoção de Saúde:

Neste trabalho de Promoção de Saúde, nós, psicólogos, estaremos atuando sempre com o objetivo de contribuir para que os indivíduos envolvidos tenham uma maior consciência de si como indivíduos históricos e inseridos sócio-culturalmente. [...] o psicólogo neste tipo de atuação aparece como aquele que vai criar condições para que o indivíduo e o grupo re-signifiquem suas percepções, conhecimentos e sentimentos [...] ao trabalharmos voltados para a re-significação das relações e experiências vividas, acreditamos estar promovendo saúde, isto porque estaremos



criando condições para que os indivíduos, de posse de uma postura de indagação e estranhamento diante do familiar, aliado a uma compreensão menos ideológica do mundo, desenvolva uma consciência de si mesmo e do mundo; o indivíduo adquire condições de construir projetos de vida, organizando suas ações e intenções baseado nas possibilidades e necessidades (BOCK e AGUIAR, 1995, p.12).

Assim, como objetivo maior da atuação do orientador está a árdua tarefa de colocar em movimento aqueles sujeitos que estão apenas recebendo as informações passivamente. Este exercício de reflexão levará ao aprendizado do processo de Elaboração do Projeto de Vida, que tenham haver com suas aspirações do sujeito em formação. Bohoslavsky (2007) afirma que a Orientação Vocacional que segue a estratégia clínica seria a mais indicada para trabalhar com a Promoção de Saúde, realizando-se de forma não-diretiva, abrindo espaço para a reflexão e a escolha consciente do sujeito.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Reflexões sobre a metodologia do ENEM na UFMA

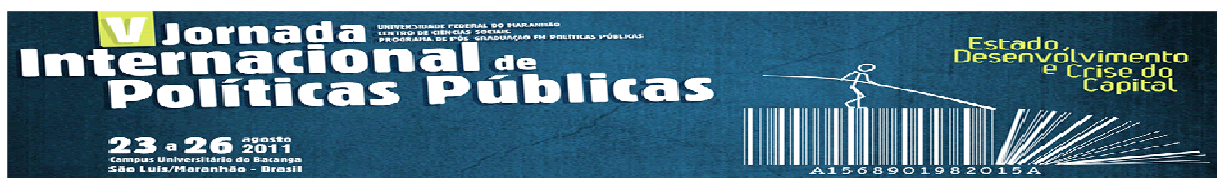
“Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica.” Assim começa a descrição do processo de Avaliação de ENEM em sua plataforma virtual, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP)², e continua relacionando-o a uma manifestação da democracia na Educação. Entretanto, ao analisarmos o documento encaminhado aos reitores das Universidades Federais de Ensino Superior do Brasil (IFES) encontramos concepções que mascaram alguns elementos da realidade social, que na visão deste estudo, é marcada por luta de classes.

A Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior realizada pela Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Educação traz logo de início as principais razões da adoção do ENEM, dentro de uma análise do cenário atual da Educação na Sociedade Brasileira.

Os exames de seleção para ingresso no ensino superior no Brasil (os vestibulares) são um instrumento de estabelecimento de mérito, para definição daqueles que terão direito a um recurso não disponível para todos (uma vaga específica em determinado curso superior). O reconhecimento, por parte da sociedade, de que os vestibulares são necessários, honestos, justos, imparciais e que diferenciam estudantes que apresentam conhecimentos, saberes, competências e habilidades consideradas importantes é a fonte de sua legitimidade (INEP, 2009).

A primeira concepção em que se baseia a Proposta demonstra pautar-se na ótica individualista inerente ao Sistema Capitalista, que entra em contradição com os lemas apresentados

² Texto encontrado na plataforma do ENEM, no site do INEP: <http://www.enem.inep.gov.br/enem>



pelo Ministério da Educação quando defendem uma educação para todos e assim batizam os seus projetos. Parte também da premissa de que a seleção é um processo justo e imparcial, o que é contraditório, pois coloca no mesmo patamar o ensino da Educação Básica oferecida nas Escolas Públicas e Privadas em nosso país. Despreza também a condição em que vive os sujeitos e imbui a Ideologia de que é necessário o Aparelho Escolar funcionar assim, chegando ao ponto de não poder absorver a demanda de estudantes e ter que criar uma seleção bem rigorosa, como coloca a Proposta do INEP/MEC: “Tendo por base a finalidade de seleção que o Enem assumirá e uma expectativa de candidatos extremamente preparados, é fundamental que o delineamento dos testes comporte um número razoável de itens de alta complexidade”

O documento continua, após legitimar a necessidade do vestibular e ressaltar seu grande apoio popular, com os ganhos (a quem?) pela adoção do ENEM. “O que se quer discutir são os potenciais ganhos de um processo unificado de seleção, e a possibilidade concreta de que essa nova prova única acene para a reestruturação de currículos no ensino médio.” Sob este aspecto do currículo, a Proposta do Enem ignora solenemente o papel atribuído pelas escolas sobre o vestibular tradicional na estruturação do currículo e apenas comenta: “Outra característica do vestibular tradicional, ainda que involuntária, é a maneira como ele acaba por orientar o currículo do ensino médio”.

A outra parte da Proposta do Enem é ressaltar a “Democratização das oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior” que supera a descentralização dos processos seletivos – fator que limita o pleito e favorece candidatos com maior poder aquisitivo. A solução seria a adoção do Enem que traz consigo a “unificação da seleção às vagas das IFES por meio de uma única prova. A racionalização da disputa por essas vagas, de forma a democratizar a participação nos processos de seleção para vagas em diferentes regiões do país”.

O mesmo documento aponta dados da pesquisa de 2008 (questionário socioeconômico do Enem/2008) sobre a intenção dos sujeitos ao realizarem a prova e neste ponto faremos uma análise preliminar dos impactos do Enem em relação a escolha profissional. O parecer afirma que em 2008, quando o exame ainda não substituíra o vestibular tradicional 62% dos alunos realizaram a prova (2,9 milhões) com o intuito de garantir pontos extras para conseguir entrar na Universidade. As outras duas respostas do questionário compreendiam os seguintes elementos: Saber se o aluno estava preparado para um bom futuro profissional; e Apenas testar o seu conhecimento.

Pensando no processo de Escolha Profissional, esta pesquisa traz alguns



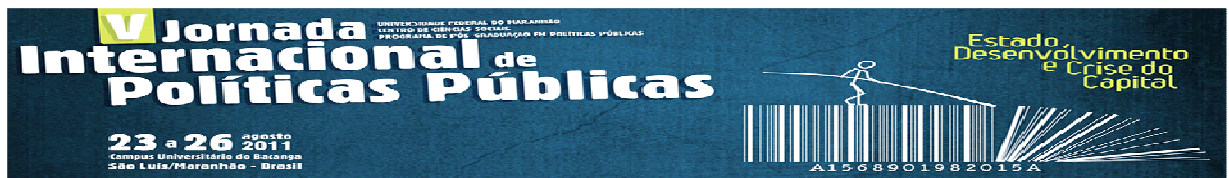
elementos para serem analisados durante a pesquisa: Será que os alunos estão apenas preocupados em adentrar as Universidades Públicas independente de sua identificação com uma área de conhecimento? Que organizações (Família/Amigos/Escola) exercem pressão em sua escolha profissional? Podemos situar preliminarmente que estes elementos apresentam sua materialidade nas salas de aula da UFMA das primeiras turmas que ingressaram através do Enem no curso de pedagogia.

Devido a nova metodologia de ingresso trazida pelo Exame Nacional do Ensino Médio, na qual o sujeito “joga” com sua nota no Sistema de Seleção Unificado (SISU), temos visto ingressar no curso de Pedagogia da UFMA aqueles alunos com boa pontuação, mas não o suficiente para passar em Medicina, Direito, Odontologia, enfim, o curso que realmente estes sujeitos queriam. Seriam estes os resultados da perspectiva apontada na Proposta do Exame: “Espera-se, assim, que a reestruturação do Enem atenda plenamente à demanda das IFES por um instrumento de alto poder preditivo de desempenho futuro, capaz de diferenciar estudantes em diferentes níveis de proficiência.”

O resultado foi o esperado. Os cursos, como o de pedagogia da UFMA, possuem agora os alunos com alto nível de proficiência. Porém, algo saiu errado: Os alunos não estão motivados, para utilizar os conceitos da administração que bem cabem ao modelo de Universidade-Empresa criado pelo REUNI.

REFERÊNCIAS

- ANASTASI, Anne; URBINA, Susana. **Testagem Psicológica**. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.
- BERGER, Peter. LUKMANN, Thomas. A sociedade como Realidade Subjetiva. In: __. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1978. p.173-215.



BOCK, Ana Mercês Bahia; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Por uma prática promotora de saúde em Orientação Vocacional. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; et al. **A escolha profissional em questão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995. p. 9-23.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação Vocacional: a Estratégia Clínica**. 12ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada, artigo por artigo**. 3 ed. São Paulo: Avercamp, 2007.

CHEMAMA, Roland; VANDERMERSCH, Bernad. **Dicionário de Psicanálise Larrousse**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho**. 5ª ed. São Paulo: Cortez - Oboré, 1992.

DIAS, Ilzeni Silva. **Formação e Qualificação Profissional em espaços alternativos: desafios do Pedagogo nos espaços fora da escola**. Curitiba: UFPR, 2008. Resultado de Pesquisa de Pós-Doutorado em Sociologia.

INEP - ENEM. Proposta apresentada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2009. Disponível em: <<http://www.enem.inep.gov.br/enem>>. Acesso em: 01 de out. de 2010.

KUENZER, Acacia. **Ensino Médio e Profissional: As políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O.U. de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 01 de out. 2010.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1996

RIBEIRO, Marcelo Afonso. **Demandas em orientação profissional: um estudo exploratório em escolas públicas**. Revista Brasileira de Orientação Profissional, dez. 2003, vol.4, nº.1-2, p.141-151.

REUNI. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096>. Acesso em 01 de out. de 2010.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

V Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

23 e 26 Agosto
2011
Campus Universitário do Bacanga
São Luís/Maranhão - Brasil

